

Título: Novos espaços em Campinas: a autossegregação das elites, breves comentários
Dafne Sponchiado¹

Esse artigo respalda-se em dois esforços metodológicos diferentes, mas certamente complementares e tem como objetivo principal analisar as novas formas de produção do espaço que tem tido lugar nas últimas décadas nas metrópoles dos países periféricos, a partir do caso da cidade de Campinas (SP/BR). Por um lado, pretende contribuir com as discussões teóricas acerca do fenômeno da emergência e expansão dos condomínios e loteamentos fechados nas franjas das cidades, principalmente enquanto reflexo da segregação urbana (e esta como inerente à sociedade desigual). Por outro lado, apresentaremos aqui algumas tabulações dos dados do censo brasileiro de 2010, referentes à Campinas no geral e às áreas da cidade que tem maior concentração de empreendimentos imobiliários de caráter privado. Os dados apresentados foram tabulados para a população total destas áreas, além de terem sido feitas algumas tabulações mais específicas, a partir de uma categoria sócio-ocupacional que permitiu desagregar esta população no que denominamos aqui por *elite* e *não elite*.

Ao longo do século passado, estabeleceu-se entre vários estudiosos da cidade que esta deveria ser estudada a partir da oposição entre centro e periferia, sendo o primeiro o *locus* da elite, consolidado e bem servido dos equipamentos urbanos e o segundo a área onde viveriam os trabalhadores, carente de serviços e muito mais denso populacionalmente, geralmente. Em meados da década de 1950, no entanto, um novo padrão emerge principalmente nas cidades estadunidenses, colocando em cheque a oposição clássica: em busca de um novo estilo de vida e auxiliada pelos fortes investimentos ao modelo de federalismo rodoviário, parte da classe média dos Estados Unidos se muda para os subúrbios das grandes cidades de então. Nas décadas seguintes, várias cidades latino-americanas testemunharam fenômeno semelhante, com a transformação de alguns bairros periféricos em zonas de elevada concentração de uma população de alto estrato social, residente de condomínios e loteamentos de acesso restrito.

A oposição entre centro rico e periferia pobre foi a forma de organização urbana predominante na cidade capitalista na maior parte do tempo, desde o seu surgimento –

¹ Doutoranda em Demografia pelo Programa de Pós-graduação em Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/Unicamp). Pesquisadora-júnior do Centro de Estudos da Metrópole – CEM (CEBRAP/USP), vinculada ao projeto “Mobilidade intraurbana, espaço e segregação”, coordenado pelo Prof. Dr. José Marcos Pinto da Cunha.

mesmo considerando os diferentes processos de urbanização. A partir da década de 1950, no entanto, configuraram-se novas periferias, principalmente nas cidades estadunidenses; todavia de maneira alguma estas determinaram o fim da primeira oposição. O fato de os subúrbios passarem a abrigar uma parte privilegiada da população cidadina não suprimiu a periferia de baixa renda, sendo que os dois *modelos* se sobrepuseram muitas vezes e este é o cenário que se tem visto nas metrópoles brasileiras e latino-americanas, herdeiras urbanísticas das *american cities*. A ocupação da periferia pela população de baixa renda se dá em outro contexto e condição do que pela população de mais elite e sua compreensão envolve pensar, por exemplo, nos quadrantes de expansão das grandes cidades: há aqueles de expansão da elite e aqueles de expansão da população menos abastada, e estes não costumam ser concomitantes. Esta distinção será desenvolvida nas próximas páginas.

A questão da produção social do espaço e de como se comportam os componentes da totalidade social em muito se assemelham ao comportamento das mesmas descrito para diversas cidades, como é o caso da grande cidade inglesa industrial ou das *american cities*. Quando este é o caso, como em nossas cidades, o estudo da segregação torna-se fundamental, pois, segundo Villaça, “Nenhum aspecto do espaço urbano brasileiro poderá jamais ser explicado ou compreendido se não forem consideradas as especificidades da segregação social e econômica que caracteriza nossas metrópoles, cidades grandes e médias” (VILLAÇA, 2011).

A segregação, por fim, é a disputa entre as classes por localizações mais privilegiadas no espaço intra-urbano. Se a localização é o valor que deriva do trabalho social e este é orgânico, no sentido de ser mutável a todo o momento, assim também deve ser entendida a segregação. A segregação sociorresidencial é uma das consequências diretas da produção social do espaço e é um processo que constantemente determina o local de residência dos indivíduos de um grupo social ou outro, alterando o mapa da localização das classes sociais no espaço urbano. Podemos entender a segregação como “(...) a mais importante manifestação social-urbana da desigualdade.” (VILLAÇA, 2001). Villaça (2001) acredita que os estudos sobre segregação no Brasil devem se atualizar, de modo que pesquisadores devem pensar os processos que levaram a este fenômeno a partir da realidade histórica na qual estão imersos, relacionando-os à totalidade das estruturas social e urbana e ao processo de dominação econômica e cultural.

A relação entre desigualdades e segregação, no entanto, não se configura de maneira óbvia. O entendimento das relações entre a esfera espacial e a esfera social demanda, primeiramente, saber que a segregação não é um dado estático: ao contrário, ela só pode ser apreendida rigorosamente enquanto dinâmica, ou processual. Contínua, segue modificando os padrões espaciais de distribuição residencial ao longo dos anos e de acordo com os desejos da classe dominante e do mercado imobiliário, braço do mercado de capitais.

Em Campinas, em 1970, a avaliação do Plano Preliminar de Desenvolvimento Integrado – desenvolvido em uma parceria entre o poder público municipal e um escritório de arquitetura – se baseava principalmente nos indicadores de distribuição de população e na valorização do solo nos vetores de Paulínia, Jaguariúna e Valinhos - bairros estes com densidade maior do que a média municipal e que indicavam o crescimento da mancha urbana na direção destes vetores. As altas taxas de crescimento populacional verificadas na década seguinte à realização do PPDI, da ordem de 5% a.a. somente confirmaram as expectativas do poder público quanto à distribuição da população. Notemos que os vetores citados anteriormente correspondem exatamente às áreas que viriam a concentrar os empreendimentos do tipo *enclaves fortificados* (CALDEIRA, 2000) e também a concentrar a população dos mais altos extratos de renda, nas décadas seguintes, na futura *Cordilheira da Riqueza* (CUNHA ET AL, 2006).

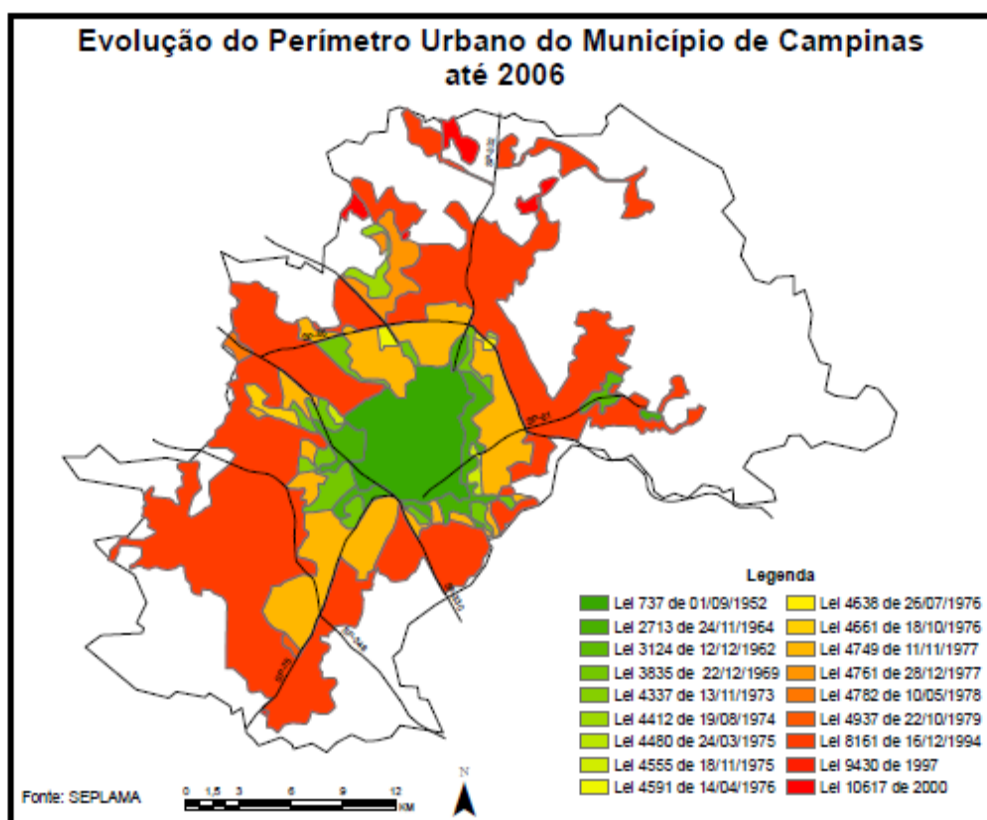
O PPDI indicava a necessidade de que grandes investimentos fossem feitos nas áreas que, contiguamente, correspondiam a estes vetores de crescimento, estimulando a ocupação dessas regiões e atraindo empresas de tecnologia de ponta. O que viria a acontecer, como no caso da primeira e segunda fase do Plano Maia, seria o direcionamento desigual da verba pública: no vetor sudoeste, no sentido de Hortolândia, Sumaré e Monte-Mor, a população crescia a taxas anuais altíssimas, com a ocupação típica de periferia auto-construída (FERRO; BAENINGER) pelo intenso fluxo de migrantes que aportavam em Campinas (cidade-sede) em busca de empregos, nas indústrias que se instalavam na região.

No Mapa 1, a seguir, podemos ver o crescimento do perímetro urbano da cidade de Campinas ao longo da segunda metade do século XX – de acordo com as diretrizes da prefeitura municipal. Em verde escuro, o perímetro urbano delimitado pela lei 0.737, de 1952, ainda bastante coerente com as determinações do PMU de Prestes Maia,

limitava o perímetro urbano à mancha urbana central. Seguidas leis estendem o perímetro urbano em áreas contíguas ao centro da cidade.

Em laranja, delimitado pelas leis 4.749 e 4.761, ambas de 1977, já é possível visualizar os bairros periféricos dos quais tratava o PPDI, como a região de Barão Geraldo, ao norte, e a faixa de ocupação da COHAB e dos DICs, na região sudoeste. Para os distritos de Barão Geraldo e Nova Aparecida (também na parcela norte do município) há textos de lei específicos, que instituem a reclassificação das áreas de rurais para urbanas: respectivamente, lei 4.761/1977 e 4.782/1978. Além disso, o perímetro urbano passa a abrigar, na região leste e sudeste da cidade, as áreas correspondentes à Fazenda Brandina, que começava a ser parcelada para loteamentos residenciais e outros empreendimentos, e à área urbana do distrito de Sousas.

Mapa 1 - Evolução do perímetro urbano do município de Campinas (1952-2006)



Fonte: Prefeitura Municipal de Campinas

Em função da direção dos vetores de expansão, tanto do perímetro urbano quanto da chamada *Cordilheira da Riqueza* (CUNHA ET AL., 2006), a região que passou a concentrar a maior parte dos empreendimentos de mesma natureza que os

enclaves fortificados (CALDEIRA, 2000), decidimos por apresentar um breve perfil sociodemográfico dos moradores de quatro áreas de ponderação² do município de Campinas, em 2010, a saber: os distritos de Sousas e Barão Geraldo, onde foram lançados os primeiros condomínios horizontais fechados de Campinas; a região do Gramado, que tem a maior concentração de alta renda do município e que foi loteada a partir da Fazenda Brandina supracitada e o eixo Campinas-Mogi-Mirim, onde se localiza o Alphaville Campinas e outros empreendimentos. As quatro regiões encontram-se alinhadas com a Rodovia Anhanguera, que divide a cidade e com a Rodovia D. Pedro, eixo dos Shoppings Centers e grandes lojas de departamentos.

Tabela 1 - Distribuição percentual dos habitantes de Campinas, por áreas de ponderação selecionadas e total e tipo de espécie de domicílio (se “casa em vila ou condomínio” – V4002)

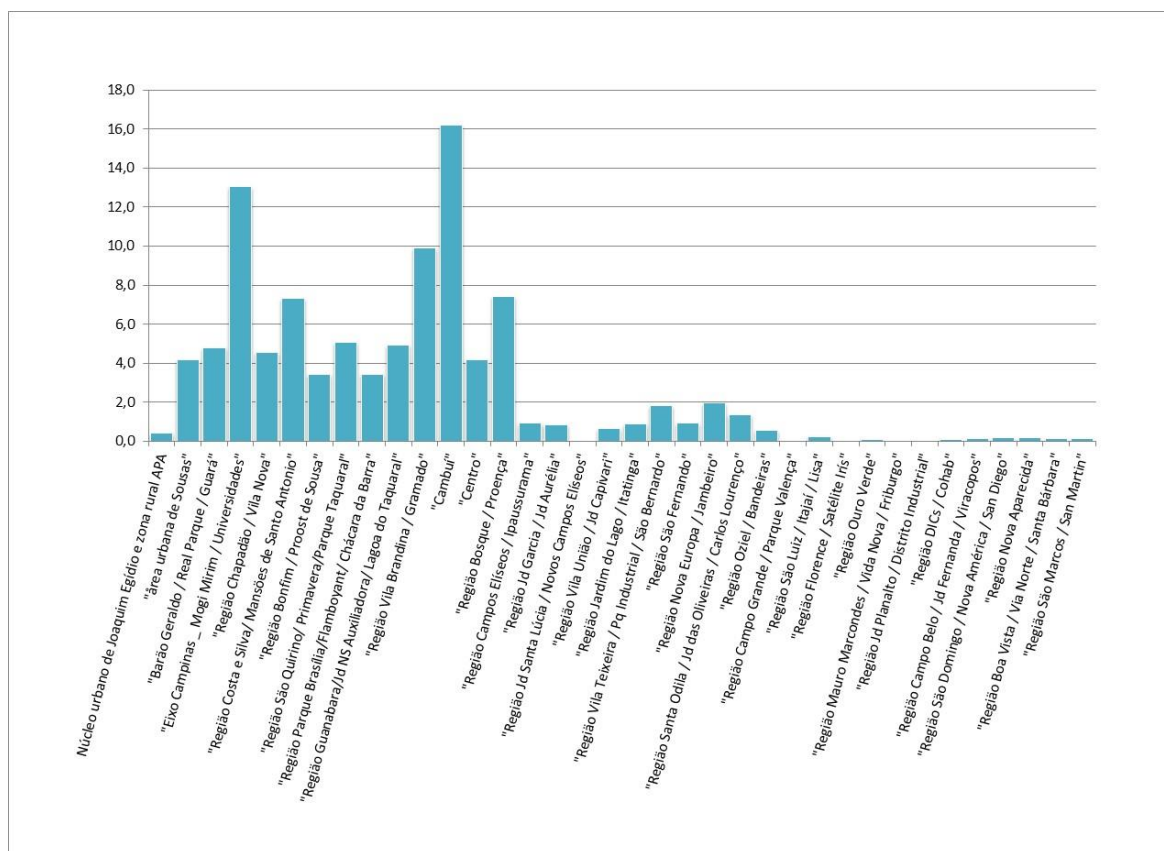
Área	Total de pessoas	N. pessoas residindo em domicílios - "casa em vila ou condomínio"	% no total de domicílios na mesma condição em Campinas	% no total de domicílios na AP
Área rural de Joaquim Egídio	5.612	438	1,46	7,80
Área urbana de Sousas	19.463	5.157	17,14	26,50
Barão Geraldo	25.907	4.663	15,50	18,00
Eixo Campinas - Mogi-Mirim	33.059	6.717	22,32	20,32
Gramado	27.072	2.697	8,96	9,96
Total	111.113	19.672	65,42	82,58

² O censo brasileiro conta com dois questionários: o do universo, aplicado em todos os domicílios e de menor extensão e o da amostra, mais longo, mas aplicado em apenas uma parcela dos domicílios. Os dados do questionário da amostra devem ser expandidos, para um retrato mais detalhado das características da população total da área estudada. Segundo a documentação do Censo de 2010: “Define-se área de ponderação como sendo uma unidade geográfica, formada por um agrupamento de setores censitários, para a aplicação dos procedimentos de calibração das estimativas com as informações conhecidas para a população como um todo. É, também, a menor unidade geográfica para identificação dos microdados da amostra, de maneira a preservar o sigilo em relação aos informantes da pesquisa.” (FIBGE, 2010, p.62)

A tabela 1, anteriormente apresentada, resume uma série de informações sobre as casas em condomínio fechado, em campinas, retiradas dos dados do Censo de 2010 do Brasil disponibilizados pelo IBGE. Os dados estão distribuídos pelas quatro áreas de ponderação que mais concentram empreendimentos do tipo *condomínio horizontal fechados*. Podemos ver que essas áreas concentram 65,42% do total de domicílios do tipo “casa em vila ou condomínio fechado”, ainda que representem somente 2,79% do total dos domicílios do município. Essa região concentra cerca de 10% da população da cidade de Campinas, distribuída em um grande número de empreendimentos imobiliários do tipo horizontal fechado.

Da mesma maneira, podemos notar que 17% do total da população residente nestas áreas declarou residir em uma ‘casa de vila ou condomínio’. Sabemos que a escolha de residir em um condomínio fechado passa por várias esferas – tanto da tomada de decisão individual como da dinâmica da economia urbana e do mercado de capital imobiliário. As diferenças entre os grupos residentes nestas áreas autossegregadas e o restante da população de um município – ou de uma área metropolitana, como no caso de Campinas, onde o perfil de ocupação do solo se estende além dos limites municipais – somente reforça as hipóteses de que há, da parte do mercado imobiliário e de seus agentes, um esforço na homogeneização destas áreas. Os promotores imobiliários buscam indivíduos que correspondem a um perfil de características sociodemográficas muito bem definidas e distantes do restante da população.

Gráfico 1 - Distribuição percentual dos rendimentos domiciliar, acima de 10 s.m. por áreas de ponderação - Campinas, 2010



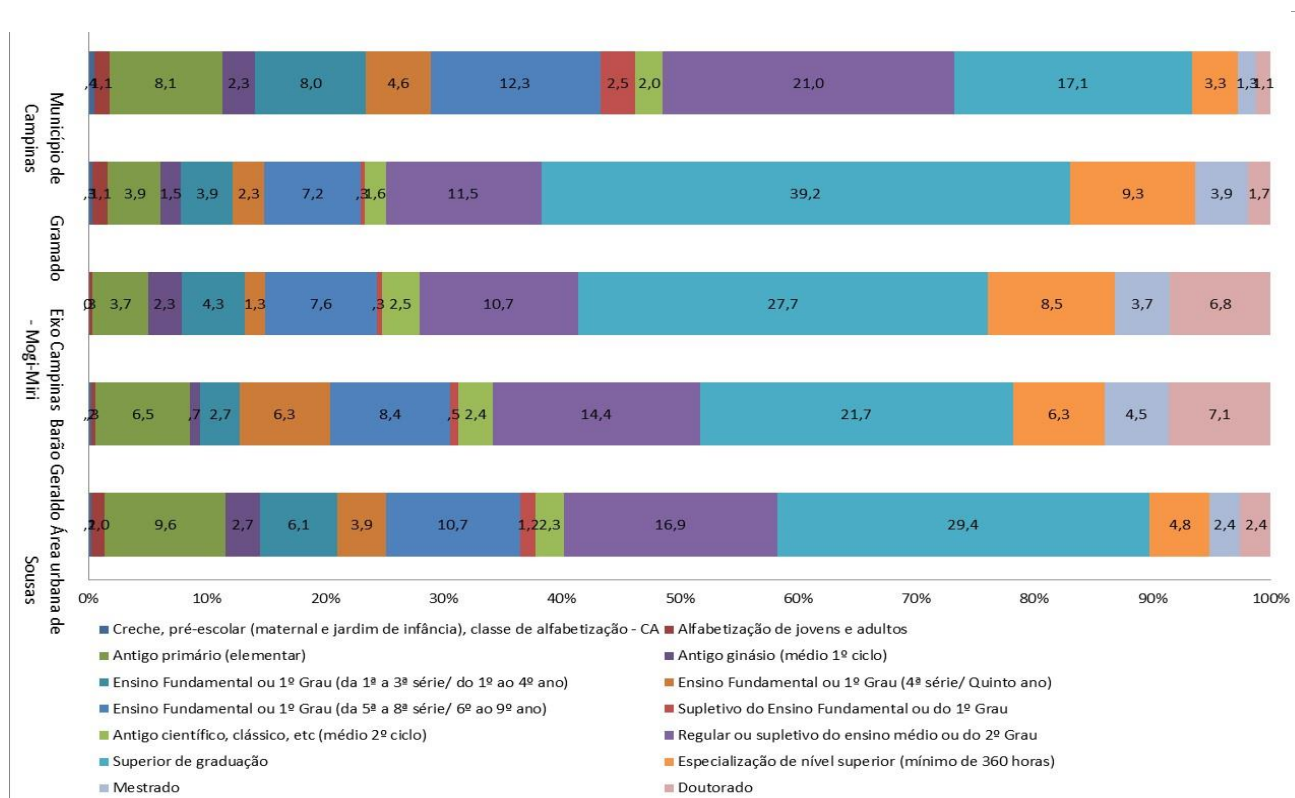
Fonte: FIBGE, Censo 2010. Elaboração própria.

Pelo gráfico 1, é possível notar que as áreas que mais concentram condomínios fechados são aquelas que também concentram as maiores rendas do município, claramente muito superiores ao verificado nas outras regiões. Na região da ‘Vila Brandina / Gramado’, por exemplo, reúne mais de 16% dos domicílios com renda total superior a 10 salários-mínimos; é alta também a concentração de domicílios com renda superior a 10 s.m. na região do Eixo Campinas-Mogi-Mirim (13%). Nas áreas dos distritos de Barão Geraldo e Sousa, somadas, estão 10% das residências cuja renda supera os 10 s.m. mensais. No gráfico 2 fica mais visível a distância entre a renda domiciliar no município de Campinas como um todo e nas quatro áreas de ponderação.

Pelo gráfico 2, abaixo, podemos ver que, em comparação com os responsáveis pelo domicílio para o município de Campinas em 2010, as quatro áreas estudadas

apresentam responsáveis muito mais escolarizados, com notável diferença na porcentagem daqueles que declaram ser pós-graduados (que são as últimas parcelas, em laranja, azul e rosa/salmão). No município de Campinas, 5,5% dos responsáveis declaram ter algum nível de estudos de pós-graduação. Na região do Gramado, esse número sobe para 14,9%; na região do eixo Campinas-Mogi-Mirim são 19%; e nos distritos de Barão Geraldo e Sosas, respectivamente, 17,9% e 9,6%.

Gráfico 2 - Escolaridade dos responsáveis pelo domicílio; Campinas, 2010



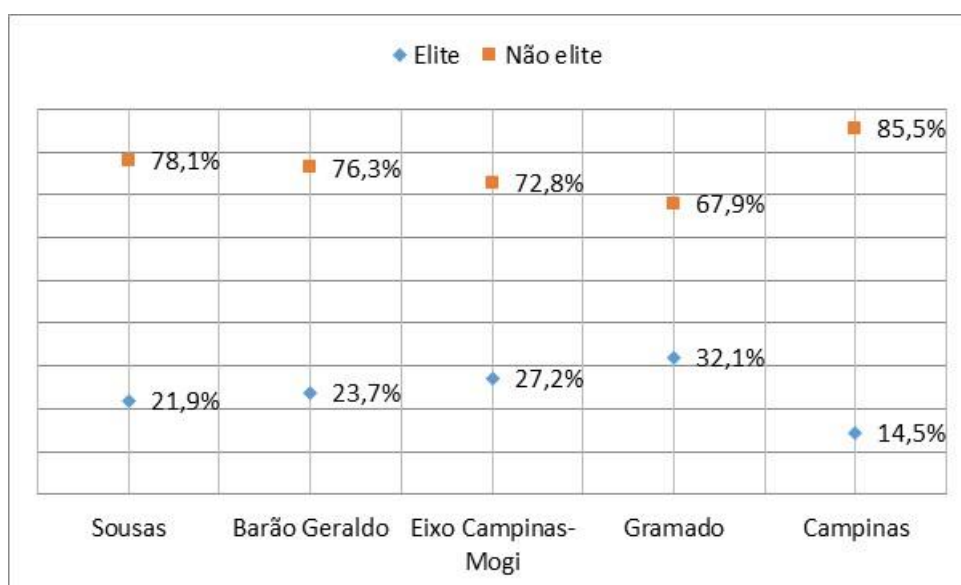
Fonte: FIBGE, Censo 2010. Elaboração própria.

A fim de melhor caracterizar a população residente nestas áreas, os dados do censo foram tabulados também a partir de uma categorização sócio-ocupacional, criada com base nas categorias de Porters (ANO) e pensada aqui para que ajude a esclarecer as principais singularidades desta parcela da população. Foram utilizados três grandes grupos da CNAE, acrescidos das respostas sobre contribuição com a previdência e posição na ocupação, para criar a categoria que denominamos *elite*. Estes três grupos foram denominados “*Capitalistas*”, “*executivos e administradores*” e “*profissionais das ciências e artes*”. O restante da população ocupada optou-se por denominar como

Não elite. A partir desta categorização, as tabulações feitas consideraram somente a população economicamente ativa (se ocupada na semana de referência do censo *ou* se procurou emprego na semana de referência do censo), acima de 15 anos e responsável pelo domicílio.

Vemos no gráfico 4 que nas quatro áreas de ponderação estudadas, a participação relativa da *Elite* no total da população economicamente ativa é consideravelmente maior do que a encontrada no restante do município, atingindo o dobro do registro da população total. Enquanto que no município de Campinas, *elite e não elite* respondem por 14,5% e 85,5% respectivamente, nas quatro áreas de ponderação a participação da *elite* chega ao patamar dos 32,1% na região do Gramado. Assim, para entender a divisão espacial do trabalho (que no caso do nosso objeto acaba por modificar a paisagem urbana e o perfil dos indivíduos que nela residem), é preciso ter em mente a relação do trabalho com a indústria, os mecanismos de reprodução da força de trabalho e o papel do poder público em ambas as esferas anteriores.

Gráfico 4 – Distribuição percentual dos grupos de elite e não elite, Campinas, 2010.



Fonte: FIBGE, 2010. Elaboração própria.

Os dados apontam para uma inserção diferenciada desta população não só no mercado laboral, como também nos ramos de atividade econômica. Assim, diferentemente do restante da população do município (seja esta elite ou não), os grupos residentes nas áreas de maior concentração dos empreendimentos horizontais fechados têm maior inserção nas atividades que refletiriam os avanços tecnológicos e de maior destaque dentro do cenário da reestruturação produtiva. Quando cruzados os dados de

tipo de atividade com a variável de elite e não elite, vemos que nas quatro áreas ponderação estudadas o perfil laboral dos residentes é diferente daquele encontrado no restante do município, estando estes, quando parte da *elite*, muito mais envolvidos em atividades tecnológicas.

Se a emergência do modelo de cidade industrial foi primordial para a configuração que entendemos por cidade moderna, bem como para diversas modificações na estrutura e na dinâmica populacional e na alocação dos indivíduos no espaço urbano, a reestruturação produtiva e o surgimento de relações de produção pós-fordistas pode ser vinculado a grandes transformações no layout das cidades entre o final do século XX e as primeiras décadas do século XXI. Longe de entender estes processos como separados por algum tipo de ruptura, é importante notar sua organicidade e a noção de que são momentos contínuos, partes de um processo sempre em andamento. Assim, pensar os momentos da economia não pode ser um exercício estático, uma vez que estes se efetivam a partir da transformação das relações humanas primordialmente.

Dito isto, pensemos em como a reestruturação produtiva³ modificou significativamente as relações de produção. Conforme eram transformadas as relações de produção, também se transformava o espaço urbano das grandes cidades. Assim, as indústrias perderam aos poucos o espaço na produção de riquezas, abrindo espaço para uma maior participação dos rendimentos advindos do setor terciário, principalmente nas economias urbanas (CANO, 2011). Em centros regionais das áreas de produção agropecuária, este setor passou a ter forte concorrência do setor industrial. Dessa maneira, a reestruturação produtiva não reordenou somente as relações econômicas entre os setores, mas também a disposição no espaço urbano das pessoas – em função de novos padrões de mobilidade e de inserção no mercado laboral.

Em Campinas e na RMC, o incentivo do poder público foi fundamental para que as indústrias de tecnologia de ponta se instalassem no eixo que condiz com a *Cordilheira da Riqueza*. Por esta ótica, é possível, por exemplo, pensar como estão correlacionados os padrões de mobilidade residencial e pendularidade para o trabalho. O

³ No contexto da dependência cabe ainda ressaltar outra perspectiva sobre a realidade do progresso tecnológico e da hierarquização da economia capitalista mundial: pensar em fordismo e pós-fordismo em economias nacionais que se encontram em etapas inferiores da produção industrial pode soar distante da realidade destes países (ainda que próximo às variadas vertentes teóricas). Com esta crítica em mente, é possível voltar então aos questionamentos sobre a influência dos regimes de trabalho sobre a mobilidade dos indivíduos (MARINI, 1973)

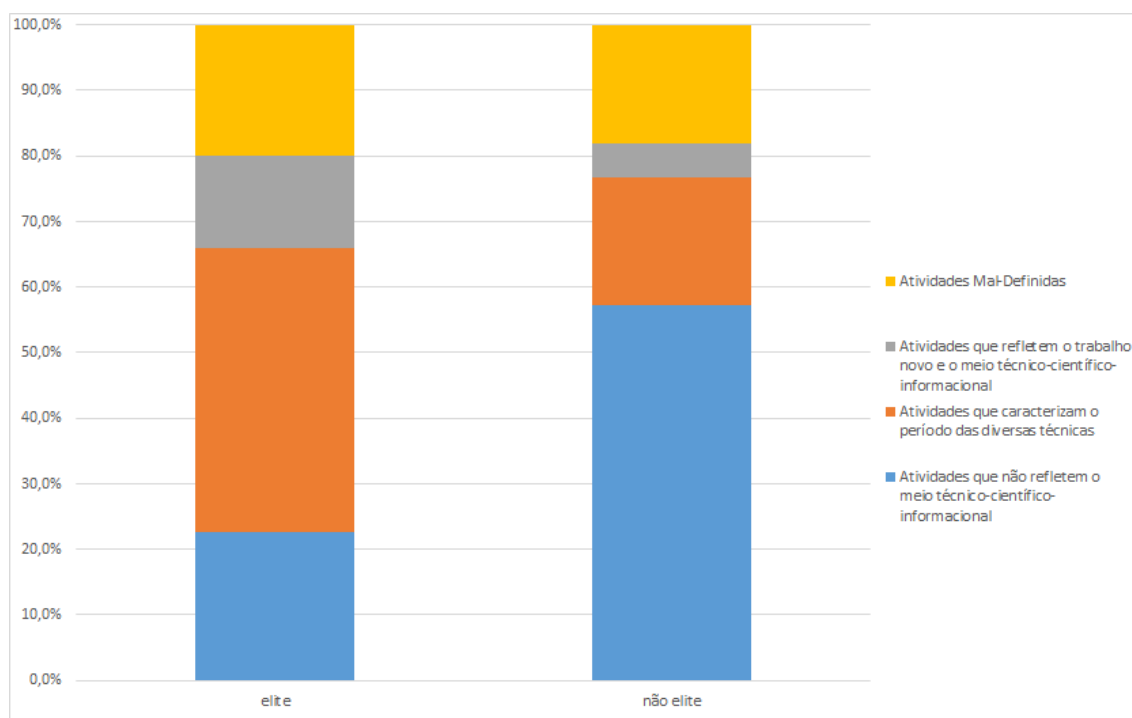
gráfico 5, a seguir, compara ambos grupos a partir de uma categorização do tipo de atividades, sendo a categoria cinza a mais relacionada aos avanços de tecnologia. Esta categorização das atividades foi proposta por Silva (2012), a partir dos conceitos elaborados por Milton Santos ao longo de sua obra. Vemos que esta elite corresponde justamente ao esperado do mercado laboral após a passagem pelo processo de reestruturação produtiva. A tabela 2 traz os mesmos dados que o gráfico, mas em comparação com a região sudoeste do município, onde reside a maior parte da população de mais baixa renda, para fins de comparação.

Vemos que a população residente na região sudoeste tem uma inserção muito menor nas atividades do tipo “que refletem o trabalho novo (...)”, tanto quanto naquelas que “caracterizam o período das diversas técnicas”, ambos grupos de atividades relacionados às transformações na ciência, tecnologia e na inserção de Campinas no contexto da economia regional e nacional.

Tabela 2 – Distribuição do tipo de atividade, por categoria sócio-ocupacional, para as regiões sudoeste e da Cordilheira da Riqueza. Campinas, 2010.

		Atividades que não refletem o meio técnico-científico-informacional	Atividades que caracterizam o período das diversas técnicas	Atividades que refletem o trabalho novo e o meio técnico-científico-informacional	Atividades Mal Definidas	Total
Região Sudoeste	Elite	40,1%	25,6%	10,3%	24,0%	100,0%
	Não elite	63,5%	15,6%	3,4%	17,5%	100,0%
Cordilheira da riqueza	Elite	22,6%	43,3%	14,2%	19,9%	100,0%
	Não elite	57,2%	19,5%	5,2%	18,0%	100,0%

Gráfico 5 – Tipo de atividade, por elite e não elite, para a *Cordilheira da Riqueza*. Campinas, 2010.



Fonte: FIBGE, 2010. Elaboração própria.

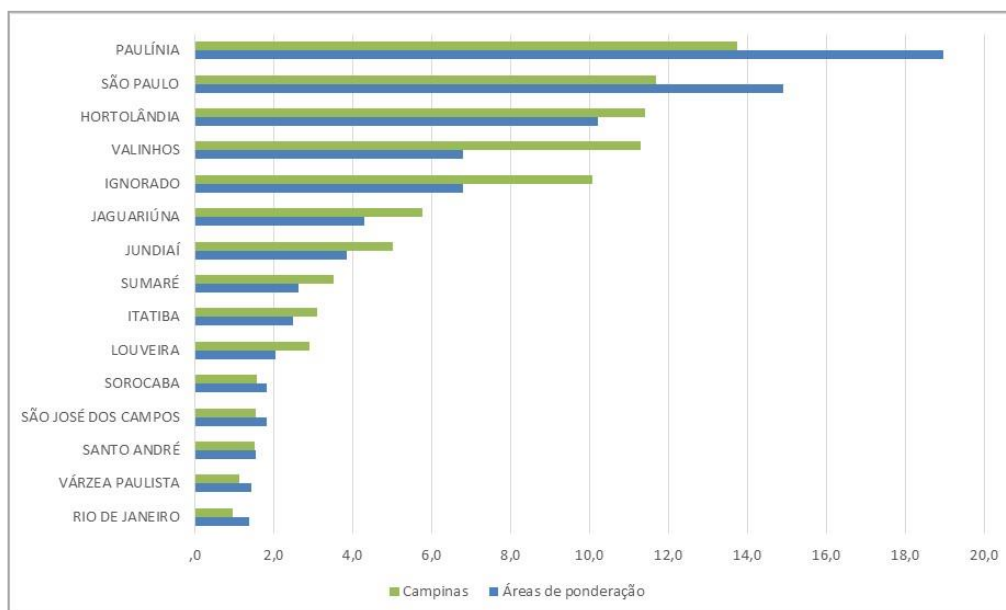
No excerto a seguir, Buzar (2005) indica que os planejadores urbanos podem acabar criando uma incompatibilidade entre o desenho urbano e os padrões de viagem se não levarem em consideração a mobilidade diária da população, que é complexa e fragmentada.

“The ‘secret life of cities’ reveals a complex fragmentation of daily mobility within contemporary households, implying that the planners’bia towards individual levels of activity may have created sociospatial mismatch between urban layouts and travel patterns” (BUZAR et al., 2005, p.425)

O Gráfico 6 mostra os principais destinos de trabalho dos responsáveis pelo domicílio que declaram estar ocupados e que declaram trabalhar em outro município que não Campinas. O gráfico traz os 15 destinos mais comuns, em porcentagem, tanto para os responsáveis pelo domicílio residentes em todo o município de Campinas, quanto para aqueles residentes nas quatro áreas de ponderação sobre as quais este trabalho se concentra. Vemos que, de modo geral, a distribuição é bastante semelhante, com os destinos se repetindo em ambos os casos. Chama a atenção, no entanto, que a

participação relativa de Paulínia é maior entre os residentes das áreas de ponderação. O fato se repete com a cidade de São Paulo, o que corrobora as hipóteses que levantamos anteriormente, a partir da matriz migratória, sobre a relação entre estas áreas.

Gráfico 6– Principais destinos da mobilidade diária por trabalho dos responsáveis pelo domicílio ocupados na semana anterior ao censo. Áreas de ponderação selecionadas e município. Campinas, 2010.



Fonte: FIBGE, Censo 2010. Elaboração própria.

Conclusões

O resultado da ocupação dos subúrbios foi a emergência de novas formas espaciais, mais fragmentadas e dispersas do que a que predominara até então, favorecidas pela expansão das rodovias e pelo maior acesso ao automóvel particular, pela população média norte-americana⁴. Apesar da importância de se pensar o acesso ao automóvel particular e a expansão do modelo rodoviário (muito conectados a este padrão de autoss segregação) Villaça (2001) faz um alerta:

⁴ Ao estudar a segregação da população, torna-se muito difícil abrir mão da análise das vias de acesso das grandes cidades (e nem seria interessante não tratar deste ponto). No entanto, é igualmente difícil escapar da armadilha de uma análise funcionalista, que responsabilize os carros e as rodovias pelo projeto urbanístico das cidades. Sobre os automóveis nas grandes cidades americanas e esse possível engano nos estudos urbanos, diz Jacobs: “Os automóveis costumam ser convenientemente rotulados de vilões e responsabilizados pelos males das cidades e pelos insucessos e pela inutilidade do planejamento urbano. Mas os efeitos nocivos dos automóveis são menos a causa do que um sintoma da nossa incompetência no desenvolvimento urbano. (...) As necessidades dos automóveis são mais facilmente compreendidas e satisfeitas do que as complexas necessidades das cidades (...)” (JACOBS, 2003, p. 5-6)

“(…) abordaremos constantemente os efeitos dos transportes e das vias de transporte sobre a estruturação urbana. Na verdade, só o homem – e as classes sociais - estrutura as cidades. Dizer, por exemplo, que as ferrovias o fazem seria fetichizá-las.” (VILLAÇA, 2001, p. 70)

As *Edge Cities* (GARREAU, 1992) surgem como cidades planejadas, integradas à natureza e nas imediações da metrópole, pensadas para que o cidadão médio estadunidense pudesse viver e trabalhar no mesmo espaço. Estes subúrbios crescem nas franjas das grandes cidades americanas, e por isto o autor se apropriou da ideia de beira, borda, margem – *edge*, em inglês, significa o final de algo. O fenômeno dos condomínios nas franjas das cidades se associa a expansão do tecido urbano metropolitano e da mancha urbana. No Brasil, a dinamização do mercado imobiliário facilitou e acelerou os processos de uso e ocupação do solo, favorecendo a ocupação das áreas distantes ao centro e enriquecendo, de certa maneira, a dinâmica metropolitana. Essas áreas criaram novas centralidades periféricas, por associarem, em um mesmo espaço, habitação (residências unifamiliares, principalmente), comércios e serviços.

Segundo Tonucci (2013), esses processos levaram ao que Soja denominou *pós-metrópole*, que seria a globalização da paisagem urbana, a privatização dos espaços públicos e as novas polarizações no espaço urbano. Esses novos processos de urbanização derivam de transformações que o capitalismo realiza sobre a organização espacial das metrópoles, que por sua vez estariam na origem da *exópolis*, que substituiria a metrópole em uma nova escala regional, de “cidades que não tem traços tradicionais de urbanidade e de vida urbana” (TONUCCI, 2013, P.). A ausência de vida urbana e o esvaziamento da cidade têm consequências na relação dos indivíduos com o espaço urbano e com o seu conforto neste.

O crescimento da desigualdade nas grandes metrópoles e o conseqüente aumento da violência urbana, fizeram com que se desenvolvesse uma espécie de temor coletivo na e da cidade. Caldeira (2000) traz muitos exemplos do que chama *fala do medo*, depoimentos de moradores de áreas da cidade de São Paulo que registraram forte aumento da violência. Os moradores explicam o porquê da inserção de grades e muros nas fachadas de suas casas – a *arquitetura do medo*, como estudada por Nan Ellin (1997). A crescente sensação de insegurança fez com que alguns moradores das grandes cidades investissem em instrumentos que supostamente garantissem sua tranquilidade,

como sistemas de alarme e monitoramento, portões eletrônicos e cercas elétricas; para além da modificação das fachadas de suas residências. Os muros cresceram e alargaram, ficando mais altos e muitas sendo construídos de materiais mais resistentes do que os das baixas muretas que rodeavam as casas dos bairros de classe média de décadas atrás.

Em Campinas, todos esses eventos levaram ao surgimento de uma zona que, ainda que periférica em relação ao centro tradicional da cidade, concentra grande parte da população de alta renda e com os níveis mais altos de escolaridade; não à toa, são regiões visadas pelo mercado imobiliário desde o começo do século XX e que foram moldadas de acordo com seus interesses e com a colaboração do poder público, que sucessivamente contribuiu para a maior valorização de certas áreas da cidade em detrimento de outras. Esses eventos, que culminaram no surgimento e estabelecimentos dessas novas áreas periféricas não diminuíram, no entanto, as diferenças presentes no espaço urbano campineiro – onde ainda vive uma grande parte da população com renda menor e menos acesso à educação formal, em diversos níveis.

Bibliografia

CALDEIRA, T. P. R. Cidade de muros: Crime e segregação em São Paulo. São Paulo: Edusp, 2001.

CUNHA, J.M.P; JAKOB, A.A.E; JIMENEZ, M.A.; TRAD, I.L. (2006) “Expansão metropolitana, mobilidade espacial e segregação nos anos 90: o caso da RM de Campinas”. In: CUNHA, J.M.P. da. (Org.). **Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**, ed. 1, Campinas: NEPO/UNICAMP, setembro 2006.

CUNHA, J. M. P.; JAKOB, A. A. E. **Os efeitos da migração e da segregação socioespacial na modificação do espaço da Região Metropolitana de Campinas, SP, nos anos 2000.** In: Anais do XIX Encontro da ABEP. Águas de São Pedro, 24 a 28 de novembro de 2014, no prelo.

CUNHA, J.M.P. da. (Org.). **Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**, ed. 1, Campinas: NEPO/UNICAMP, setembro 2006.

D’OTAVIANNI, M. C. L. Condomínios fechados na região metropolitana de São Paulo: fim do modelo centro rico versus periferia pobre? Tese de doutorado apresentada ao programa de pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2008

- ELLIN, N. *Architecture of fear*. Princeton Architectural Press, 1997.
- FERRO, S. *Arquitetura e trabalho livre*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- FIBGE. *Documentação do Censo 2010 – Microdados da amostra*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.
- FISHMAN, R. *Bourgeois Utopia: The rise and Fall of Suburbia*. Nova York: Basic Books, 1987.
- GARRREAU, J. *Edge City: Life on the New Frontier*. Anchor Books, 1992.
- GOTTDIENER, M.. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: EDUSP, 1993.
- JACOBS, J. *Morte e vida nas grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- LEFEBVRE, H. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.
- PARK, R. E.: *A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano*. IN: VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.
- ROLNIK, R. *Para Além da Lei: Legislação urbanística e cidadania (1886-1936)*. In: Maria Adélia A Souza; Sonia C. Lins; Maria do Pilar C. Santos; Murilo da Costa Santos. (Org.). *Metrópole e Globalização - Conhecendo a cidade de São Paulo*. São Paulo: Editora CEDESP, 1999
- SABATINI, F.; CÁCERES, G.; SIERRALTA, C.; ROBLES, S. *Tendencias de la segregación em las principales ciudades chilenas Análisis Censal 1982-2002*. Santiago: Instituto Nacional de Estadísticas y Pontificia Universidad Católica de Chile, 2010
- SABATINI, F.; SIERRALTA, C. *Medição da segregação residencial: meandros teóricos e metodológicos e especificidade latino-americana*. In: CUNHA, J. M. P. (Org.). **Novas Metrópoles Paulistas: População vulnerabilidade e segregação**. Campinas: Núcleo de Estudos de População - NEPO/Unicamp, 2006. .
- SANTOS, M. *Do meio natural ao meio técnico-científico-informacional*. In: SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L. (orgs.) *O Brasil: território e sociedade no início do século*, Rio de Janeiro, 2001, Record, cap. II, p.23 – 53.
- SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Edusp, 2005.

SASSEN, S. (1998). “O impacto urbano da globalização econômica”. In: As cidades na economia mundial, São Paulo, Ed. Studio Nobel, p. 23 – 45.

TONUCCI FILHO, J. B. M. *Dinâmica imobiliária e dispersão metropolitana: notas a partir de transformações socioespaciais recentes na Região Metropolitana de Belo Horizonte* in Anais do 37º Encontro Anual da ANPOCS.

VILLAÇA, F. Espaço Intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

----- São Paulo: segregação urbana e desigualdade. **Estud. av.**, São Paulo , v. 25, n. 71, Apr. 2011 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142011000100004&lng=en&nrm=iso>. access on 03 Sept. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142011000100004>.